

45

# ✓ QUESTÕES CONTROVERTIDAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Athos Gusmão Carneiro

Juiz de Alçada — Prof. de Direito Processual Civil na UFRGS

1. Do interesse de agir no Concurso Universal de Credores.
2. Ainda a primeira e segunda praças no novo Código de Processo Civil.
3. Do prazo para embargos na execução por quantia certa — art. 738, I, do C.P.C.

## I

### DO INTERESSE DE AGIR NO CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES

1. Na codificação processual de 1939, o concurso de credores, legalmente conceituado de 'incidente da execução', apresentava-se como um desdobramento da execução singular em execução coletiva, realizável sobre aqueles bens penhorados e em benefício, além do exequente, também dos credores que em tempo hábil de houvessem habilitado (Liebman, 'Processo de Execução', ed. Saraiva, n. 83).

O Código de Processo Civil de 1973, sob o magistério de Buzaid (refletindo posições já apresentadas pelo eminente jurista em 1952, na sua obra fundamental 'Do Concurso de Credores no Processo de Execução'), distingue a execução contra devedor solvente da execução contra devedor insolvente; neste segundo caso, a declaração de insolvência, obtida num prévio processo de acerto (arts. 754/758), produz o vencimento antecipado das dívidas, a arrecadação de *todos* os bens penhoráveis do devedor, e a execução por concurso *universal* de seus credores (art. 751), em sistema com alguns pontos de contato relativamente ao processo falencial.

O concurso universal de credores pressupõe, além do título (art. 754), ainda a insolvência do devedor (art. 748), a pluralidade de credores e a existência de bens.

2. Pergunta-se: poderá um credor quirografário (art. 753, I), sob o fundamento de que o devedor não possui bens, por tê-los alienado acodadamente, ou de que os bens existentes são manifestamente insuficientes a cobrir o título exequendo, poderá tal credor requerer a declaração de insolvência do devedor? Em outras palavras: basta a presença, no palco processual, de *um único credor*, para habilitá-lo a requerer o concurso?

Parece-nos — e submetemos nosso parecer à censura e crítica dos doutos — que não basta, porque este credor careceria de 'interesse processual' (art. 295, III) na instauração do concurso.

Pelo novo Código de Processo Civil (assim revivendo a vetusta regra das Ordenações, revogada por lei de 22 de dezembro de 1761), pela penhora o credor adquire um direito de preferência sobre os bens penhorados (arts. 612 e 613), de forma que no momento do pagamento 'receberá em primeiro lugar o credor que promoveu a execução, cabendo aos demais concorrentes direito sobre a importância restante, observada a anterioridade de cada penhora' (art. 711), ressalvados por evidência os créditos privilegiados (art. 709, II): é a regra do *prior tempore, potior jure*. Mas os credores menos diligentes (ou menos exigentes...) não são prejudicados pela preferência, pois que por hipótese estamos tratando de devedor *solvente*; se o valor do bem penhorado não é bastante para satisfazer as penhoras realizadas em segundo, ou terceiro lugares, de qualquer forma sempre restam outros bens, livres e desembaraçados, para garantia dos créditos (art. 591), cabendo ao devedor nomear tais bens, ou ao oficial de justiça penhorá-los (art. 659), nos autos das respectivas execuções. Todos os credores exequentes encontram-se pois, em princípio, bem garantidos.

Entretanto, se outros bens, livres e desembaraçados, não forem nomeados ou encontrados (art. 750), então a aplicação do *prior tempore* criaria uma situação de desigualdade entre os credores quirografários, pois pagos seriam apenas os exequentes que houvessem efetuado a(s) primeira(s) penhora(s) sobre os insuficientes bens existentes. Surge, então, aos demais exequentes o 'interesse processual' em provocar a instauração do concurso universal de credores, para que neste a regra do *prior tempore* ceda lugar ao princípio do *par conditio creditorum*: no concurso os credores quirografários são proporcionalmente pagos — após satisfeitos os créditos legalmente privilegiados — mediante rateio igualitário (arts. 612, 769 e ss.), tornando-se irrelevante a anterioridade das penhoras.

A propositura de determinada ação, ou providência judicial, só pertence a quem demonstrar *necessidade* daquela demanda para a obtenção do bem da vida almejado. É o 'interesse processual' (art. 3º), como 'condição da ação' (Chiovenda, Instituições, t. I, n. 40).

Ora, dentro da linha de raciocínio que seguimos, ao credor, a quem o direito de preferência favorece, não assiste 'interesse' em requerer o concurso. Mais lhe vale prosseguir na execução singular. Assim, e com mais razão, se sobre os bens do devedor, ainda que insuficientes, não pende nenhuma constrição judicial promovida por *outro* credor.

3. De outra parte, parece-nos, s.m.j., não cabe argumentar, em contrário, com a sistemática da lei falencial. Para a declaração da falência, basta a 'impontualidade' do devedor comerciante, ainda que solvente. Além disso, enquanto pelo concurso a lei visa tutelar pretensões materiais de ordem privada, já na falência a lei aproveita a iniciativa do credor para promover, como seu objetivo maior, a defesa do crédito mercantil e da fé nas relações de mercancia. Diante deste objetivo maior, a lei inclusive

coloca de lado, excepcionalmente, o princípio fundamental de que o processo civil começa por iniciativa da parte, e faculta ao próprio magistrado, em determinados casos, o declarar de ofício aberto o processo falencial (Lei Fal., arts. 161, 162). Compreende-se, destarte, que aquilo que se permite ao credor singular do devedor comerciante, possa ser defeso ao credor do devedor não comerciante.

Alvitramos, pois, que quando o C.P.C. (art. 750) põe como presunção de insolvência, bastante para legitimar a instauração do concurso, o não dispor o devedor, para nomear à penhora, de outros bens desembaraçados, ou não arrestados, refere-se a lei a bens isentos de constrição judicial efetuada a pedido de *outro* credor, não do *mesmo* credor. Esse outro credor, face à regra do *prior in tempore, potior in jure*, gozaria de preferência no recebimento do preço da arrematação (arts. 612, 711); assim, o credor que chegue em segundo lugar ao palco processual, e no caso de o bem penhorado não bastar para cobrir todos os débitos, necessita requerer a instauração do concurso para, arredado o princípio da prioridade na penhora, lograr um rateio igualitário, em *par conditio creditorum* (arts. 612, 769 e ss.).

Se não há outro credor na disputa, faltarão ao credor singular o 'interesse', ou seja, a necessidade daquela demanda judicial (do concurso) para alcançar o bem da vida almejado, isto é, a satisfação de seu crédito na maior proporção possível. Mais lhe vale promover ou prosseguir na execução singular contra o devedor, ainda que o mesmo seja insolvente.

J. X. Carvalho de Mendonça, é certo, embora considere pressuposto da falência da 'pluralidade de credores', admitiu a possibilidade da falência em existindo um único credor (Trat. de Dir. Com., t. VII, n. 98, ed. 1946), pelo argumento de que ao credor não satisfeito possa ser 'indispensável a falência para revogar atos praticados em seu prejuízo'. O 'interesse' do credor estaria, portanto, em que a falência lhe iria conceder melhor posição processual mediante a revocatória. Mas ao concurso universal, aplicável ao devedor não comerciante, não parece se possam aplicar, por mera analogia, aquelas regras da legislação falencial, como o termo legal, modificativas de pretensões e obrigações de direito material.

As figuras da 'ação pauliana', e da ineficácia por 'fraude a credores', fornecem ao credor singular do devedor não comerciante os meios hábeis, e bastantes, à eficaz tutela de sua pretensão creditória.

Outrossim, para a declaração da falência basta a 'impontualidade' do comerciante, ainda que solvente, pois a lei aproveita a iniciativa do credor para promover, como seu objetivo maior, a defesa do crédito mercantil e da fé nas relações de mercancia; compreende-se, destarte, que aquilo que se permite ao credor singular do devedor comerciante, possa ser defeso ao credor do devedor não comerciante.



4. Outra *quaestio juris*, aliás já trazida à liça judiciária, refere-se à possibilidade de decretação de insolvência do devedor que não possua nenhum bem penhorável. Que é de fato insolvente, sem dúvida o é. Mas nega-se haja 'interesse' em se lhe decretar judicialmente a insolvência, pois tal decretação não se destina a operar no vazio, mas prepara a execução forçada para a satisfação dos credores. Lembro, *data venia*, não só o disposto no art. 659, § 2º, como a norma de que a execução é suspensa 'quando o devedor não possuir bens penhoráveis' (art. 791, III). O renomado juiz paulista Restiffe Neto, em decisão aludida em artigo de doutrina (R.F., 475/21), refere que 'não faz sentido a declaração de insolvência do devedor e promoção de um concurso universal sem bem algum'. Segundo a egrégia 2ª Câmara do 1º T.A.C.S.P., adotando esta orientação, o novo C.P.C. é avesso 'às medidas de força, mas destituídas de utilidade prática'.

5. Os autores convêm em que a declaração de insolvência do devedor constitui um prévio processo de cognição, de accertamento, culminante na sentença que serve de base à execução por concurso universal (Moniz de Aragão, R.F., 246/68; Roger Mange, R.F., 246/271).

A manifestação judicial, assim, põe termo ao processo prévio de conhecimento (art. 162, § 1º), abrindo azo ao subsequente processo de execução. Como sentença, é apelável. Quer parecer, destarte, menos feliz a orientação de magistrados que consideram cabível o agravo de instrumento, sob a alegação de que seria apenas 'decisão', embora impropriamente nominada como 'sentença', o ato judicial aludido no art. 761, do C.P.C. Estas observações, diga-se, revelam que o sistema do novo C.P.C. continua ensejando dúvidas razoáveis sobre qual o recurso cabível em determinados casos, pelo que a admissão da regra da 'fungibilidade dos recursos' consulta os melhores interesses da justiça (vide, por todos, Alcides Mendonça Lima, *in* Introdução aos Recursos Cíveis, n. 168/169, p. 240 e ss.).

Ponto altamente controvertível consiste no saber se a apelação deve ser recebida no duplo efeito. Responderíamos pela negativa. Cuida-se de provisão com força predominantemente constitutiva e executória imediata (Roger Mange, *ob. cit.*), surgindo a necessidade de pronta suspensão das execuções singulares (art. 762, § 1º), como condição mesma do êxito do concurso universal. A sentença que decreta a insolvência, outrossim, equivale sob certos aspectos àquela que julga improcedentes os embargos à execução, e da qual o recurso só possui efeito devolutivo (art. 520, V).

6. O prévio processo de accertamento poderá, por previsão expressa de lei, ser transformado em processo de execução contra devedor solvente. O devedor, a teor do art. 757, ilidirá (*rectius*, elidirá — vide Lei de Falências, art. 11, § 2º) o pedido de insolvência se, no prazo para oposição dos embargos, depositar a importância do crédito, 'para lhe discutir a legitimidade ou o valor'. Afastada a possibilidade de declaração de insolvência, e valendo o depósito como penhora de dinheiro, impugnar

o devedor a pretensão creditória através os embargos previstos na execução contra devedor solvente.

A recíproca, todavia, não é verdadeira. Ajuizada execução contra devedor solvente, a insuficiência de bens penhoráveis não dá azo a que se opere a conversão desta execução em pedido de concurso universal, ainda que o exeqüente comprove a existência de penhoras efetuadas previamente por outro credor. Deve o exeqüente postular a suspensão da execução singular (o elenco do art. 791 não é taxativo), e propor o processo prévio de cognição no qual o devedor poderá impugnar (art. 756, I e II) não apenas o crédito como, ainda, poderá aceitar a legitimidade do crédito mas afirmar-se não insolvente.

Os 'embargos' do art. 756 constituem realmente uma 'contestação', e não um processo incidental como o são os embargos na execução contra devedor solvente. Sobrevém a sentença quer os embargos tenham sido opostos, quer não (art. 755), neste segundo caso operando quanto ao fato da insolvência os efeitos da revelia (art. 319).

## II

### AINDA A PRIMEIRA E SEGUNDA PRAÇAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Correio do Povo, edição de 31 de março pretérito, p. 4, divulgou interessante artigo do eminente Professor Alcides de Mendonça Lima, sob o título 'Por que primeira e segunda praças?', em o qual manifesta críticas à orientação dos magistrados que fazem expedir editais de hasta pública prevendo a realização de primeira e segunda praças, ou de primeiro e segundo leilões, segundo se cuide, respectivamente, de alienar bens imóveis ou bens móveis. Considerou o articulista que tal prática constitui *lapso crasso* em face do novo Código, que neste ponto se teria limitado 'a repetir o anterior'. Sustenta que em se tratando de bens imóveis, a arrematação deve ser procedida em praça, por valor não inferior ao da avaliação; não havendo licitante, far-se-ia a alienação do imóvel em leilão. Se o bem penhorado for de outra natureza, móvel ou semovente, 'então nem é levado à praça, mas, diretamente, a leilão, que será o único'; e reitera: 'Quando o bem penhorado for móvel ou semovente, a arrematação se faz, obrigatoriamente, em leilão, isto é, sem limite mínimo de lance'.

Sem em absoluto pretender polemizar com o emérito processualista (autor de obra do quilate dos magníficos 'Comentários ao Código de Processo Civil', ed. Forense, vol. VI), cuja amizade tanto nos honra e de quem nos proclamamos discípulo, rogo respeitosa vênica para ponderar que a conduta dos juízes sul-rio-grandenses tem a seu favor, a meu sentir, argumentos muito convincentes.



Em artigo publicado na Revista AJURIS, Tomo 1, p. 126, já sustentamos — e aqui o ponto da divergência — que o novo Código de Processo Civil introduziu (se bem, se mal, é outro assunto) um conceito de praça e de leilão bem *diverso* do adotado no Código de Processo Civil de 1939.

Com efeito, pela legislação pretérita buscava-se de início alienar *em praça* quaisquer bens penhorados, não importa se imóveis ou se móveis, sempre por preço *não inferior* ao da avaliação; não aparecendo licitante, publicar-se-iam novos editais (C.P.C. de 39, art. 972, § 1º) para a venda *em leilão*, quando então os bens poderiam ser objeto de lance *inferior* à avaliação, sendo esta a diferença substancial entre as duas modalidades de ato executório (Frederico Marques, 'Instituições', vol. V, n. 1.214; Lopes da Costa, 'Dir. Processual Civil Brasileiro', Tomo IV, ed. 1947, n. 233 e 256; Liebman, 'Processo de Execução', ed. Saraiva, 2ª ed., n. 71).

O novo Código de Processo Civil é, entretanto, expresso em que quando a penhora recair sobre imóvel, far-se-á a alienação *em praça* (art. 697); todos os demais bens penhorados, a teor do art. 704 e com as exceções nele previstas, 'serão alienados em leilão público'. O Código de 1939 não continha dispositivos semelhantes, pois tanto imóveis como móveis poderiam ser alienados quer em praça (com limite mínimo de lance), quer em leilão (sem limite mínimo).

Pela lei processual vigente a praça se realiza no átrio do edifício do *forum*; o leilão, onde estiverem os bens, ou no lugar designado pelo juiz (art. 686, § 2º). A praça é apregoada pelo porteiro dos auditórios, ou quem suas vezes fizer; o leilão está a cargo do leiloeiro, livremente escolhido pelo credor (art. 706) e ao qual incumbe publicar os editais e expor aos pretendentes os 'bens ou as amostras das mercadorias' (art. 705). A adjudicação, de outra parte, ficou limitada à 'adjudicação de imóvel', sendo expresso o Código em que 'finda a praça sem lançador, é lícito ao credor, oferecendo preço não inferior ao que consta do edital, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados' (art. 714). Não cuida o Código de adjudicação em leilão. Na legislação pretérita, duas vezes deviam ser expedidos editais, primeiramente para a praça, e se esta resultasse inexitosa seguir-se-iam os editais para o leilão. Atualmente, com menos despesas e maior economia processual, o edital descreve os imóveis ou móveis objeto da penhora, fixa o 'dia, o lugar e a hora da praça ou do leilão', e comunica de logo que se o bem (imóvel ou móvel) não alcançar lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, em dia e hora que o edital igualmente antecipa, sua alienação a quem mais der.

O sistema e as normas do Código convergem, destarte, data vênia, para o entendimento de que: A) a alienação de imóvel, se infrutífera a praça, far-se-á em uma *segunda praça*, portanto também pelo porteiro dos auditórios e no átrio do edifício do *forum*, apenas sem observância, na segunda praça, do preço da avaliação como limite mínimo (embora não

devam jamais os juízes autorizar alienações a preço vil — vide art. 659, § 2º); B) os bens móveis serão oferecidos em primeiro leilão, e se inexitosa a oferta, em segundo leilão, e somente neste último caso poderá o leiloeiro aceitar lance inferior à avaliação.

Este entendimento impede, pois, que a alienação de bens móveis (por vezes de alto valor, muitíssimo superior ao de algum terreno ou casinha) se faça de logo sem qualquer limite mínimo de preço, prática que possibilitaria prejuízo às partes e tornaria a prévia avaliação dos bens móveis um ato jurídico inconsequente.

Cumpra, ainda, uma observação que corrobora nosso ponto de vista. Pelo Código antigo, se os bens (quaisquer bens) de incapazes, oferecidos em leilão (por inexitosa a praça), não alcançassem 80% do preço da avaliação, a alienação era adiada e várias providências tomadas (art. 972, §§ 2º, 3º e 4º, do C.P.C. de 1939); já o novo C.P.C. é expresso em que 'quando o imóvel de incapaz não alcançar *em praça* pelo menos oitenta por cento do valor da avaliação, o juiz o confiará... (art. 701). Vemos, pois, que o novo C.P.C. prevê a venda de imóvel *em praça* por preço inferior ao da avaliação, o que só pode ocorrer em uma *segunda praça*, pois na primeira hasta o preço de avaliação serve necessariamente como limite mínimo.

Na capital paulistana, o magistrado e renomado jurista Paulo Restiffe Neto, ao entrar em vigor o novo Código, proferiu decisão (vide Revista Jurídica, 82/360) relativa à expedição de editais, mencionando inclusive o que 'à luz do novo C.P.C., tratando-se de venda judicial de bem imóvel, a hasta se fará através de praças (primeira e segunda). O leilão é somente cabível quando se tratar de hasta pública para venda de bens móveis'. E, adiante, aduz que 'no novo regime, muito diferentemente, a expressão praça é o *nomen juris* que representa a forma para a alienação em hasta pública de bens imóveis (art. 697), quer se trate de primeira ou de segunda designação, enquanto que o *leilão* exprime a forma de alienação de todos os demais bens, em hasta pública, seja primeira ou segunda designação (art. 704)'.

Permito-me aditar que, de conformidade com missiva que recebemos do juiz Restiffe Neto, a generalidade do foro paulista adota a orientação por ele preconizada; com a missiva, exemplares do Diário Oficial do Estado de São Paulo, contendo editais de 1ª e 2ª praças, e de 1º e 2º leilões, das Varas do foro centralizado, e de Varas distritais, da capital paulistana.

A orientação de nossos juízes, destarte, em matéria de hastas públicas, apresenta-se, salvo melhor juízo, como perfeitamente enquadrável na sistemática da lei processual vigente, e não mereceu até o momento qualquer reparo por parte dos colegiados de segundo grau.

## III

DO PRAZO PARA EMBARGOS DO DEVEDOR  
NA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

1. A norma do art. 738, inc. I, do C.P.C., dá azo à controvérsia doutrinária e jurisprudencial.

Presos à literalidade da lei, entendem muitos que o decêndio para a apresentação dos embargos do devedor corre da intimação da penhora, considerada irrelevante a data da juntada aos autos do mandado de penhora devidamente cumprido. Assim, v.g., Celso Neves ('Coment. ao C.P.C.', Forense, Tomo VII, p. 201), bem como Amílcar de Castro ('Coment. ao C.P.C.', Tomo VII/387) e Sérgio Fadel (Tomo IV/122); no mesmo sentido o egrégio T.J.S.C., Apel. 11.077, 2ª Câmara Civil, Rel. Des. Ivo Sell; a egrégia 2ª Câmara Cível, do T.J.R.G.S., Apel. Cível 24.634, ac. p.m.v., Rel. Des. Oscar Gomes Nunes, vencido o eminente Des. Emílio Gischkow; a egrégia Câmara Cível Especial do T.A.R.G.S., Agravos 9.574 e 9.883, 'Julgados do T.A.R.G.S.', 15/129 e 15/148, Rel. Juiz Carlos I. Sant'Anna; Agravo n. 11.602, de 4.12.75, Rel. Juiz Carlos de Pinho.

2. A egrégia 2ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada, todavia, por maioria de votos vem adotando o entendimento de que o prazo para a defesa do executado conta-se da juntada aos autos do mandado com o auto de penhora devidamente formalizado.

O eminente Professor Alcides de Mendonça Lima dá notícia do desencontro e manifesta-se pela interpretação 'mais favorável ao devedor, pois da simples intimação ele poderá não ficar inteiramente ciente da medida tomada pelo oficial do juízo, como, v.g., se foram, ou não, penhorados bens impenhoráveis; se houve, ou não, excesso de penhora, verificável de modo evidente; etc. Não tem explicação razoável discriminar a execução por quantia certa contra o devedor solvente da execução das obrigações de fazer ou de não fazer, pois, nesse, o prazo é contado 'da juntada aos autos do mandado de citação na execução', conforme o mesmo art. 741, inc. IV. Uma execução é muito mais grave para o devedor, em geral, do que uma ação de cognição para o réu, pois essa última não se inicia com nenhuma medida constritiva como aquela, sobretudo quando há penhora, pelos reflexos de ordem econômica e, até, moral. Embora os embargos sejam considerados, tecnicamente, como uma ação conexa à execução, não deixam de ter o caráter de defesa do devedor, por sua índole. Se podem ser considerados, em caráter amplo, como defesa, ficam equiparados à contestação, que também é defesa do réu. Logo, certos princípios de ordem geral, inerentes ao direito de defesa, podem ser aplicados às duas situações, como é o caso do prazo fluir apenas da juntada aos autos do mandado de intimação ao devedor da penhora realizada' (Revista AJURIS, 4/174).



Além disso, se o oficial de justiça retarda na devolução do mandado cumprido, como poderá o magistrado decidir da admissibilidade, ou não, dos embargos do devedor (C.P.C., art. 737, I), se não dispõe de elementos comprobatórios de que foi devidamente seguro o juízo, mediante regular penhora? Teria, então, de determinar a autuação da petição de embargos e aguardar a devolução do mandado, para, somente depois disso, manifestar-se quanto à correção e tempestividade da defesa? Não será praticamente colocar em mãos do oficial de justiça, sem maior possibilidade prática de controle pelas partes, a fixação — pelo lançamento da data da intimação — do ponto de partida de um prazo vital à efetividade do basilar princípio do contraditório?

Em suma: somos pela aplicação, à hipótese do art. 738, I, das regras gerais do art. 241, do C.P.C., *incidentes tanto aos casos de citação como aos de intimação*.

Neste mesmo sentido, sem voto dissonante, a egrégia 3ª Câm. Cív. de nosso Tribunal, na Apelação 10.487, ac. de 18.6.75, Rel. Juiz Ney da Gama Ahrends ('Julgados do T.A.R.G.S.', 16/415), integrado o colegiado também pelos eminentes Juízes Alfredo Zimmer e Edson Alves de Souza.

No Simpósio de Processo Civil realizado em Curitiba, em outubro do ano transato, por iniciativa da Universidade Federal do Paraná, a fim de resolver dúvidas sobre a aplicação prática do novo Código de Processo Civil (representado o Rio Grande do Sul pelos ilustres processualistas Profs. Galeno Lacerda, Alcides de Mendonça Lima e Mauro Cunha), mereceu aprovada por maioria de votos a tese de que 'o prazo para oferecimento de embargos do devedor, na execução por quantia certa, conta-se da juntada do mandado aos autos, após a intimação da penhora' (Conclusão n. LVI) (vide AJURIS, 5/154).

3. Isto posto, incide igualmente a regra de que quando houver *vários réus*, começa a correr o prazo da juntada aos autos do *último* mandado de citação, devidamente cumprido (art. 241, II, c/c. o art. 598, do C.P.C.).

Em casos tais, efetuada penhora em bens de propriedade de *um* dos executados, todavia todos devem ser da penhora intimados, assim resguardada a regra da necessária *unidade*, aos litisconsortes passivos, do prazo para a defesa. 'A solução de prazo comum se impôs, por ser a mais racional, adotando-se, como termo *a quo* desse prazo, o dia da juntada aos autos do último mandado de citação, devidamente cumprido' (J. J. Calmon de Passos, 'Comentários ao C.P.C.', Forense, vol. III, n. 134).

Além da quebra do princípio doutrinário e das regras legais, solução diversa poderia propiciar tumulto processual, com mais de um processo de embargos, cada qual em diverso estágio procedimental, impugnando uma mesma execução. Tudo indica a conveniência de as ações incidentais de embargos, se mais de uma, terem andamento em *simultaneus processus*, com instrução e sentença conjuntas.